

## Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2022

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, nesta cidade de Cantanhede e no Auditório da Instituição, reuniu em segunda convocação a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede, sob a presidência do Presidente Dr. Luís Filipe Garrido Pais de Sousa, acompanhado pelo Vice-Presidente Francisco José Neto Ribeiro da Fonseca e pela Secretária Professora Maria Lucília Machado Negrão Pereira, nos termos da alínea b) do número dois do artigo vigésimo segundo do Compromisso desta Irmandade, conforme convocatória de catorze de Março corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:- Ponto único – apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas de Exercício do ano económico de dois mil e vinte e um (inclui Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal das Contas pelo Revisor Oficial de Contas). Feita a contagem e analisada a lista de presenças, verificou-se que se encontravam presentes quinze irmãos. O Presidente saudou todos os irmãos presentes e declarou aberta a Assembleia, dando-lhes a oportunidade para, querendo, usarem da palavra, expondo quaisquer assuntos que julgassem de interesse. Como nenhum se manifestou, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos, tendo sido dada a palavra ao senhor Provedor o qual, de forma detalhada, fez a apresentação do Relatório das Atividades que tiveram lugar durante o ano económico de dois mil e vinte e um, tendo proposto que o resultado líquido positivo de quarenta e dois mil novecentos e oitenta e seis euros e oitenta e um cêntimos, evidenciado na demonstração de resultados, seja transferido para “Resultados Transitados”. Nessa sua exposição salientou os avultados gastos com a pandemia, designadamente com testes e outros materiais com reflexo nas contas e que as obras da ERPI Francisco Pinto de Carvalho não foram iniciadas em virtude de a candidatura ao programa PARES não ter sido aprovada, tendo todavia a Misericórdia já apresentado, para aquele mesmo efeito, nova candidatura ao abrigo do PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), aguardando-se o resultado. Referiu ainda a adjudicação da elaboração de estudos e projetos para a requalificação da ala nascente do edifício do antigo Hospital do Arcebispo, onde funcionou o Lar de Infância “Maria Cordeiro”, tendo em vista a instalação de uma ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) e que será objeto de candidatura ao PRR. Não tendo qualquer irmão solicitado outros esclarecimentos, o Presidente da Mesa, a pedido do Provedor, concedeu a palavra ao senhor Administrador – Delegado, o qual fez uma apresentação pormenorizada das principais rúbricas dos diversos serviços desta Instituição que se encontram refletidos na Conta de Gerência, explicitando de forma mais detalhada as que atingiram verbas mais significativas. Assim, verificou-se que os gastos totalizaram 3 486 606,98€ (três milhões quatrocentos e oitenta e seis mil seiscentos e seis euros e noventa e oito cêntimos), e os rendimentos o valor de 3 529 593,79€ (três milhões quinhentos e vinte e nove mil quinhentos e noventa e três euros e setenta e nove cêntimos), pelo que o resultado líquido apresenta um valor positivo de 42 986,81€ (quarenta e dois mil novecentos e oitenta e seis euros e oitenta e um cêntimos), transitando para o ano corrente o valor de 1 359 054,37€ (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil e cinquenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos),

# ACTAS

proveniente de saldo de caixa e depósitos bancários. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu todas as explicações dadas e questionou se algum dos irmãos se queria pronunciar sobre a Conta de Gerência. Como ninguém pretendeu usar da palavra, o Vice-Presidente procedeu à leitura do parecer do Conselho Fiscal e da certificação legal das contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, ambos favoráveis à aprovação, em simultâneo, o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência, bem como a aplicação do resultado líquido do período em Resultados Transitados, o que foi aprovado por todos os irmãos presentes. Antes de encerrada a sessão, o Presidente da Mesa agradeceu a presença dos irmãos, solicitando ainda à Assembleia que fosse concedido um voto de confiança à Mesa da Assembleia para elaboração e aprovação da presente ata, com efeitos imediatos, nos termos do número cinco do artigo décimo nono do Compromisso da Irmandade, o que mereceu a concordância por unanimidade, e deu por encerrada a Assembleia Geral. Para constar lavrou-se a presente ata que vai ser devidamente assinada.

João Filipe Garrido Pais de Jesus  
 Francisco José Neto de Almeida  
 Maria Lucília Machado de Jesus